



ENTENDENDO ALGUNS CONCEITOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE) E SUA APLICAÇÃO NA ESCOLA EEEFM JARBAS PASSARINHO

Andréa Kátia Simões dos Santos¹
Larissa Moura da Conceição²
Letícia Raquel dos Santos Souza³
Shirley Maria Pantoja Barroso⁴
Stephanie Alves dos Santos⁵

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca fazer uma síntese sobre o que é Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, tem como objeto de estudo a aplicação deste recurso na Escola Estadual de Ensino Fundamental Jarbas Passarinho. O objetivo geral do trabalho foi compreender o PDDE, sua legislação, sua aplicação nas escolas, como os recursos podem ser aplicados e como objetivos específicos refletir sobre a aplicação deste recurso, se ele realmente cumpre seu papel e qual a sua importância para a melhoria na qualidade do ensino.

O foi programa do implantado em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, sob a designação de Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE) e sob responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), porém a partir da Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998, sua nomenclatura foi alterada para Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE. Este programa foi constituído no auge da descentralização política e pode ser considerado um dos mais importantes programas de financiamento do ensino fundamental na época de sua criação. Falleti (2006, p. 60) apresenta a seguinte definição para a descentralização: “processo de reforma do Estado, composta por um conjunto de políticas públicas que transfere responsabilidades, recursos ou autoridade de níveis mais elevados do governo para níveis inferiores, no contexto de um tipo específico de Estado.”

O PDDE já passou por inúmeras transições de governo o que gerou modificações de sua estrutura, pois no início contemplava apenas o ensino fundamental e foi no ano de 2009 que o

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - UFPA, andrea.santos@iced.ufpa.br;

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - UFPA, larissa.conceicao@iced.ufpa.br;

³ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - UFPA, leticia.souza@iced.ufpa.br;

⁴ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - UFPA, Shirley.barroso@iced.ufpa.br;;

⁵ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - UFPA, stephanie.santos@iced.ufpa.br.



FNDE iniciou o repasse de verbas para toda a educação básica, incorporando assim a educação infantil e o ensino médio.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida é classificada como exploratória pois tem como objetivo ampliar o conhecimento sobre o assunto e descritiva por buscar entender e conhecer a realidade estudada (SILVEIRA e CORDÓVA, 2009). Quanto aos procedimentos foi realizada uma pesquisa eletrônica em sites do Governo Federal que tratam do assunto e pesquisa bibliográfica com artigos publicados sobre o tema. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2002), possibilita ao pesquisador o contato direto com fontes bibliográficas que favorecem a pesquisa e o estudo das informações.

REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo foi baseado nos textos como: resoluções, leis, diário oficial encontrados, nos sites oficiais do Governo Federal, tais como: Ministério da Educação, o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) que versam sobre o PDDE.

ENTENDENDO UM POUCO MAIS SOBRE A ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO PDDE

Os recursos do PDDE são destinados a beneficiar os estudantes das escolas públicas da educação básica, escolas públicas de educação especial das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e escolas privadas de educação especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público. Os dados dos alunos são obtidos através do Censo Escolar, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, levantados no ano anterior ao do repasse.

No início o recurso era repassado às Secretarias de Educação a qual distribuía para as escolas, a partir de 1997, foi estabelecido como pré-requisito para o recebimento da verba, que as escolas com mais de 50 alunos criassem Unidades Executoras que seria uma entidade privada sem fins lucrativos, integrada por membros da comunidade escolar, que definem como os recursos do PDDE deve ser administrada.

A partir da Lei nº 11.947, de 2009 para a transferência de recursos não haveria a necessidade de convênio, acordo ou contrato e seriam feitos em duas parcelas anuais desde que fossem cumpridos alguns critérios: – **Entidade Executora – EEx**, prefeituras municipais e

secretarias estaduais e distrital de educação que representam unidades escolares públicas com até 50 (cinquenta) estudantes matriculados ; **Unidade Executora Própria – UEx**, organização da sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída com a finalidade de representar uma unidade escolar pública e **Entidade Mantenedora – EM**, representativa das escolas privadas de educação especial. Caso os recursos não sejam gastos dentro de cada exercício previsto, porque as entidades perderam o direito de receber, esse dinheiro pode ser redistribuído entre as outras EEx, UEx e EM.

Os recursos do PDDE destinam-se à cobertura de despesas de custeio, manutenção e pequenos reparos na infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino beneficiários, compra de material permanente, material de consumo, na implementação de projeto pedagógico e no desenvolvimento de atividades educativas. Não são permitidos gastos com: livros didáticos já distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, ou com gêneros alimentícios, já contemplados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE) e gastos com pessoal.

O cálculo do montante que é enviado em duas parcelas anuais para cada UEx é feito pela soma do valor fixo (definido pelo governo e varia de acordo com o estabelecimento de ensino), com o valor variável (de acordo com o número de estudantes matriculados na educação básica da escola declarados no Censo escolar do ano anterior).

ANÁLISE DO REPASSE DOS RECURSOS EEEFM JARBAS PASSARINHO

A EEEFM Jarbas Passarinho, fundada em janeiro de 1971, no governo do Coronel Alacid da Silva Nunes, situada na Av. Almirante Barroso em Belém do Pará, Conjunto, Costa Silva Av. C, s/n. Bairro Souza. Onde há o funcionamento das etapas de Ensino Fundamental, Médio e EJAII (Educação de Jovens Adultos e Idosos) e de acordo com o site FNDE a escola possui 1.129 alunos matriculados de acordo com o último censo de 2022.

Quadro 1- valores repassados pelo PDDE a EEEFM Jarbas Passarinho

Ano	Número de Matrículas	Valor Total Pago- PDDE /Básico
2020	1.318	27.360,00
2021	1.233	25.660,00
2022	1.299	27.190,00

Fonte: site do FNDE.

Esses dados e outros mais detalhados estão todos disponíveis no site do FNDE e na análise feita mostra que a escola vem recebendo sem maiores problemas os valores do PDDE



o que mostra que ela está cumprindo com todas as normas estabelecidas e fazendo a correta prestação de contas do que foi gasto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise de repasses é uma ferramenta importante para compreender como os recursos financeiros são distribuídos e utilizados em determinado contexto e na planilha acima se observa que os valores dos repasses dos último três anos se manteve estável ficando na média de R\$ 20,00 reais por aluno matriculado é que o valor pago pelo governo de acordo com as características da escola urbana. Existem outros valores recebido pela escola durante o período analisado como parcelas de desempenho em 2021 que fez com que a instituição recebesse um montante de R\$ 50.320,00.

Apesar de saber que os valores repassados estão de acordo com a legislação, na pesquisa feita não se conseguiu averiguar se esse valor é suficiente para o uso a que ele é destinado, ou seja, a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão, a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Pois se sabe dos inúmeros investimentos que se precisa fazer para ter uma escola está em boas condições de oferecer um bom ambiente de aprendizagem para que o aluno possa se desenvolver plenamente melhorando assim a qualidade de ensino. Não foi possível saber se a comunidade escolar participa das decisões sobre a distribuição e uso dos recursos o que seria de grande importância para a gestão democrática, pois quando se tem a participação de todos a maior transparência na aplicação dos recursos e as demandas da comunidade onde a escola está inserida serão atendidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o PDDE tenha sido implementado com o objetivo de melhorar a qualidade da educação pública no Brasil, é importante reconhecer que existem desafios e limitações que podem comprometer sua eficácia.

Um dos principais problemas enfrentados é a falta de transparência e controle na utilização dos recursos. Muitas vezes, os critérios para a distribuição dos recursos não são claros, e a prestação de contas por parte das escolas nem sempre é efetiva. Isso abre espaço para possíveis desvios, má administração e corrupção, prejudicando a aplicação adequada dos recursos e diminuindo o impacto positivo esperado.

Além disso, a forma como o repasse dos recursos é calculada pode gerar desigualdades entre as escolas. O critério do número de matrículas como base para determinar o valor do



repassa pode resultar em um favorecimento das escolas de maior porte, negligenciando as necessidades específicas de instituições menores ou localizadas em áreas mais vulneráveis.

Outra crítica importante é a falta de acompanhamento e avaliação sistemática dos resultados alcançados pelo PDDE. Embora o programa tenha como objetivo promover melhorias na infraestrutura e no desempenho acadêmico, a ausência de uma análise rigorosa dificulta a identificação de quais estratégias estão funcionando e quais precisam ser ajustadas. Sem uma avaliação adequada, não é possível garantir que os recursos estejam sendo utilizados de forma eficiente e que os objetivos do programa sejam alcançados.

Por fim, é fundamental mencionar que o PDDE, embora seja uma iniciativa valiosa, não pode ser visto como uma solução isolada para os desafios enfrentados pela educação brasileira. É necessário que haja uma abordagem mais ampla e integrada, que envolva políticas públicas consistentes, investimentos adequados, formação de professores e uma maior participação da sociedade na definição das prioridades educacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**, Brasília: MEC, 2023. Disponível em <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde> .Acesso em 05 de Jun. 2023.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **PDDE/INFO/ESCOLA** Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/pddeinfo/pddeinfo/escola/consultar> .Acesso em: 02 de Jun. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2021**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-15-de-16-de-setembro-de-2021-345482849> . Acesso em: 06 de Jun. 2023.

FALLETI, TULIA. **Efeitos da descentralização nas relações intergovernamentais: o Brasil em perspectiva comparada**. Sociologias, Porto Alegre, Ano 8, n. 16, p. 60, 2006.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. Atlas, São Paulo, 2002

SILVEIRA, Denise Tolfo, CÓROVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.